

FAMÍLIA(S)

Desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição



FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN
DESENVOLVIMENTO HUMANO

Coleção «Práticas e Reflexão sobre Acolhimento de Jovens em Instituição»

junho 2015

Índice

Nota de abertura	3
Práticas e reflexões em diálogo: intervenção em famílias de jovens em acolhimento em instituição	4
Referências bibliográficas	14
Intervenção Familiar no Acolhimento Institucional de Crianças e Jovens	16
Referências bibliográficas	34
Anexos	36
Notas biográficas	44
Glossário	45
Ficha técnica	46



Nota de abertura

A Fundação Calouste Gulbenkian tem como uma das suas principais preocupações as Crianças e Jovens em Risco. Crianças e jovens que, conforme demonstram os mais recentes estudos e indicadores sociais, se encontram entre os grupos mais vulneráveis da sociedade portuguesa, seja pelas condições socioeconómicas ou socioculturais desfavoráveis que marcam os seus contextos de vida, seja por se encontrarem sujeitas a negligências, maus tratos e abusos de diversa ordem, o que coloca em causa o seu desenvolvimento integral.

Depois de alguns anos em que o foco de intervenção da Fundação esteve em projetos de apoio às famílias, procurando reforçar as suas capacidades para o melhor desempenho dos papéis parentais, de forma a evitar a institucionalização das crianças, foi considerada oportuna a intervenção no domínio do acolhimento em instituição de crianças e jovens no sistema de promoção e proteção.

Desde 2012, a Fundação tem vindo a promover a reflexão e o debate através de *workshops*, conferências nacionais e internacionais e diversas publicações, tendo por pano de fundo a execução de projetos piloto em quatro instituições de acolhimento localizadas em diferentes zonas do país. Pretende-se com esta iniciativa contribuir para a capacitação das equipas técnicas e educativas destas Casas e criar as condições necessárias para a preparação dos jovens acolhidos para uma vida autónoma e de plena integração na sociedade após a saída da instituição. Procura-se, assim, contribuir para um investimento, que deverá ser mais global, num cuidado fundamental a ter com as crianças e jovens no nosso país. É neste quadro que é editada a coleção de brochuras "Práticas e Reflexão sobre Acolhimento de Jovens em Instituição", na qual se integra esta segunda publicação dedicada à intervenção sobre a parentalidade em famílias neste contexto, tendo por base a experiência do Lar de Infância e Juventude da Associação de Solidariedade Social Via Nova, em Vila Real. O projeto «O Trilho», desenvolvido por esta instituição de acolhimento, permitiu aprofundar o trabalho que já vinha a ser realizado com as famílias das crianças e dos jovens acolhidos, no pressuposto de que estas não podem nem devem ser excluídas deste processo e que precisam de apoio para a criação das condições que lhes permitam (re)assumir as funções básicas da família, cuidar e educar os seus filhos.

Só com um trabalho colaborativo com as famílias, responsabilizando-as, mas também envolvendo-as nas soluções, reforçando as suas capacidades, melhorando o seu desempenho na educação, promoção dos direitos e proteção dos filhos, podem ser minorados os fatores de risco e atenuados os desequilíbrios e as vulnerabilidades na origem do afastamento das suas crianças e jovens, podendo então ser equacionado um retorno à família nuclear ou alargada, ao seu meio natural de vida.

A possibilidade do retorno à família será mais efetiva e viável se todos tiverem tido um tempo de reflexão e capacitação, aprofundando os fatores de proteção existentes para que, em conjunto e no contexto específico de cada família, se promova o bem-estar e o desenvolvimento equilibrado e integral dos filhos, o projeto de vida para o presente e sobretudo para o futuro.

Esta experiência é partilhada com o intuito de poder inspirar outras instituições a refletirem sobre esta temática e a incorporarem nas suas práticas diferentes estratégias e novas metodologias de trabalho no âmbito da intervenção com famílias de jovens em acolhimento em instituição.

Isabel Mota
Administradora FCG



Práticas e reflexões em diálogo: intervenção em famílias de jovens em acolhimento em instituição

Hugo Cruz e Maria João Leote de Carvalho

*«O que mais importa para o bem-estar psicológico dos filhos não é o tipo de família mas sim a qualidade da vida familiar.»
(Golombok, 2006, p. 192).*

Como promover uma intervenção sobre a parentalidade junto de famílias de jovens em acolhimento em instituição? Quais as suas reais possibilidades de mudança visando o possível retorno do jovem à família de origem? Até que ponto uma ação desta natureza articula as diversas variáveis em análise e os diferentes serviços envolvidos no processo de promoção e proteção assegurando o respeito pelo superior interesse da criança?

Com base na inovadora experiência do Projeto «O Trilho» em execução no Lar de Infância e Juventude da Associação Via Nova, em Vila Real, desde 2012, apoiado pela Fundação Calouste

Gulbenkian no âmbito do Programa Crianças e Jovens em Risco, nesta brochura procura-se discutir estas questões à luz dos princípios teóricos e práticos da intervenção com famílias, e mais especificamente a formação parental, focando a reflexão nas especificidades da execução de uma medida de acolhimento em instituição no sistema nacional, a última das respostas para proteção e desenvolvimento de uma criança identificada em situação perigo. De uma forma sintética e integradora, a formação parental pode ser definida como um conjunto de experiências que potenciam nos pais um maior conhecimento e capacidade de compreensão sobre o exercício da parentalidade, com base num processo de co-construção no sentido de se desenvolverem e reforçarem competências parentais que permitam um melhor e mais adequado desempenho das funções educativas (Cruz & Pinho, 2008). Parte-se da «assunção central de que com recursos adequados, os pais de todos os tipos e meios sociais e educacionais podem desenvolver

e maximizar as suas competências e potencial como pais, resolver ou lidar com os seus problemas e serem auto-suficientes». (Wolfendale, 1992 cit. in Gaspar, F., 1999, p.63). Deseja-se que uma intervenção desta natureza afete positivamente a satisfação e o funcionamento das famílias através do acesso ao conhecimento sobre o desenvolvimento da criança e das relações que fomentam a sua compreensão, gerando modelos alternativos de parentalidade que alargam as escolhas dos pais e neles promovem novas competências, ao mesmo tempo que lhes podem facilitar o acesso a diferentes serviços e recursos da comunidade (Hammer & Turner, 1985).

As problemáticas associadas ao exercício da parentalidade na sociedade portuguesa têm suscitado, nos últimos anos, uma especial atenção por parte da Fundação Calouste Gulbenkian. Perante a constatação da escassez de respostas e ações estruturadas de apoio aos pais/cuidadores no país e numa linha de continuidade de ações anteriores, o Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano (PGHD), reforçou a intervenção na área das crianças e jovens em risco e, durante três anos (2008-2011), foram implementados oito projetos-piloto de Formação Parental, promovidos por organizações não-governamentais que se encontravam a trabalhar com crianças e jovens em risco ou perigo e com as suas famílias, em articulação com as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens locais¹. Pretendeu-se, deste modo, apoiar as instituições de primeira linha locais na promoção de oportunidades para gerarem recursos que

permitissem o desenvolvimento de ações de formação parental alargadas à comunidade em geral e, mais especificamente, no âmbito da aplicação de medidas de promoção e proteção, nos termos previstos na Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo². Nesta lógica, os oito projetos selecionados perspetivaram a intervenção familiar com base numa visão alargada, abrindo espaço a ações de prevenção e de remediação nas comunidades, abrangendo pais e cuidadores muito diversos, com necessidades e características também muito diferentes, incluindo famílias de crianças e jovens acolhidos em instituição. A educação e desenvolvimento dos filhos constituíram a linha de orientação principal destas iniciativas centrando-se as mesmas também, inevitavelmente, nas competências e necessidades parentais. Procuraram contribuir para a capacidade de reflexão e questionamento de pais e cuidadores relativamente à complexa tarefa da parentalidade e aos múltiplos desafios que a mesma encerra nos tempos atuais. Em formação parental é muito importante que, além de se considerar as necessidades dos filhos e dos pais, se destaque a relação pais-filhos no contexto em que é estabelecida, trabalhando sobre e para a mesma, numa perspetiva de 'parentalidade positiva', conforme previsto na *Recomendação Rec(2006)19*, de 13 de dezembro, do Conselho da Europa³. Tendo em conta a multiplicidade e complexidade das variáveis que interferem na construção das relações pais-filhos, a ação concertada proposta pelas equipas dos projetos assentou em parcerias,

1. A experiência destes projetos está divulgada em Sampaio, D., Cruz, H. e Carvalho, M.J.L. (Eds.) (2011), *Crianças e Jovens em Risco. A Família no Centro da Intervenção*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano.

2. Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens, com as alterações impostas pela Lei n.º 31/2003 de 22 de agosto.

3. Neste documento, é chamada a atenção dos Estados e da sociedade civil para as questões sociais associadas ao exercício da parentalidade, enunciando-se um leque de princípios orientadores da intervenção a desenvolver com as famílias e com as crianças.





formais e informais, numa intervenção estruturada, consistente e continuada em rede com as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens locais e com instituições e serviços diversos (i.e. centros de saúde, escolas, câmaras municipais, forças de segurança, instituições privadas de solidariedade social, associações culturais, desportivas locais e instituições do ensino superior). Não pode haver respostas sociais isoladas e foi esta opção que sustentou o trabalho exigente de mudança nas estruturas familiares envolvidas. Foi necessário partir de uma lógica de respeito e identificação da diversidade de famílias, das dinâmicas e relações internas, das motivações, interesses e necessidades pessoais e sociais, que atendessem não só aos fatores de risco, mas também de proteção, revelando-se decisiva a valorização dos últimos.

A avaliação dos três anos de execução dos projetos, permitiu a definição de um conjunto de princípios

orientadores de intervenção em formação parental, entre os quais se destacam: valorização do papel parental; confiança e privacidade; co-construção do processo de formação; responsabilidade parental; capacitação; autonomia; diversidade das famílias; especialização dos técnicos; intervenção integrada; papel do género na constituição das equipas; prevalência da intervenção em grupo; valorização da rede social de suporte das famílias; supervisão e avaliação e sustentabilidade da intervenção; enfoque no trabalho de prevenção (Sampaio, Cruz & Carvalho, 2011, p. 377-380).

Colocando em 'diálogo' os principais resultados obtidos nestes oito projetos com as práticas de formação parental que vêm a ser desenvolvidas no Projeto «O Trilho» em Lar de Infância e Juventude, importa destacar que os princípios orientadores e os quadros conceptuais que devem enquadrar a intervenção em famílias de jovens em acolhimento

em instituição é, de uma forma geral, coincidente com os desenvolvidos com famílias, no seu geral. Ou seja, os propósitos na base de uma ação focada na parentalidade são os mesmos – promover o exercício de uma parentalidade positiva – embora seja necessário atender a certas especificidades em função das trajetórias familiares e das situações de perigo na origem da medida de acolhimento em instituição aplicada às crianças e jovens, que ora colocam novos desafios e se revelam como oportunidades para a mudança, ora funcionam como constrangimentos que impedem a evolução desejada. Neste contexto, incluem-se também os casos de jovens acolhidos, rapazes e raparigas, que já são pais (ou estão em vias de o ser), e que representam um desafio acrescido, tanto para os próprios como para as instituições que os acolhem. São situações que exigem uma especial atenção e para as quais a formação parental pode constituir uma importante ferramenta na definição dos respetivos projetos de vida.

Conforme definido na *Convenção sobre os Direitos da Criança* da Assembleia das Nações Unidas (ONU, 1989), o acolhimento em instituição só deve ser ativado como resposta quando o direito da criança ou jovem a viver na família de origem, com os pais ou substitutos, se revele incompatível com o seu superior interesse (art.ºs 3.º e 9.º). Deste modo, uma das principais questões em discussão nesta área prende-se com a natureza das intervenções de formação parental em contexto institucional. Nos termos da lei portuguesa, a execução da medida de promoção e proteção é posta em prática quando

os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto de crianças ou jovens tenham posto em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo tenha resultado de ação ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo (n.º 1, art.º 3.º, LPCJP). O ponto de partida está inevitavelmente condicionado pela identificação de uma falha ou omissão no exercício da parentalidade no seio da família da criança ou jovem acolhido decorrendo deste facto uma relação de poder entre as várias partes envolvidas. Trata-se de um processo que pode determinar planos de interdependências entre os intervenientes e moldar a sua participação.

Fica claro que, a cumprirem-se os pressupostos previstos na lei, o acolhimento está reservado aos casos com um perfil mais complexo (Martins, 2004) e com menor suporte do ponto de vista familiar e social exigindo-se, pois, que seja operacionalizado num patamar de efetiva segurança e de maior especialização na intervenção para que possa revelar-se eficaz.

Conforme definido na Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (art.º 49.º), através da execução de uma medida de acolhimento em instituição, pretende-se garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens que foram vítimas de qualquer forma grave de exploração, negligência ou abuso que exigiu o seu afastamento do meio de origem. A privação do meio familiar pela colocação em instituição espelha sempre uma grave rutura nos



vínculos estabelecidos. A medida tem como princípio fundamental que esta é uma situação transitória e deve, sobretudo, centrar-se na ideia do futuro da criança em que se mobilizam todos os agentes sociais tendo em vista a sua (re)integração social e/ou familiar (Martinez *et al.*, 2005). Às instituições compete não só a função de controlo social, mas sobretudo uma função de promoção da coesão social que procura salvaguardar os elementos menos protegidos da comunidade. A multidimensionalidade e complexidade das problemáticas de perigo provocam nas vítimas efeitos físicos, psicológicos e sociais, materializados na desorganização total ou parcial dos seus percursos de vida à qual as entidades envolvidas devem obviar. Importa reter, que as crianças e jovens acolhidos em instituição não podem ser vistos numa perspetiva redutora de meros utentes de um serviço pois crescem e desenvolvem-se num sistema (Del Valle, 1998) que resulta do contrato social estabelecido entre o Estado e os cidadãos, visando a proteção e segurança de quem se encontra em situação de particular vulnerabilidade pessoal e social. A Recomendação Rec(2005)5, do Conselho da Europa, de 16 de março, constitui um dos mais importantes instrumentos normativos para a regulação dos sistemas nacionais de acolhimento no espaço europeu consubstanciando o que se encontra definido na Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), da Assembleia Geral das Nações Unidas. Nela encontra-se enunciado um conjunto de princípios básicos para a intervenção junto

de crianças e jovens em risco, destacando-se o princípio da prevalência da família natural e o princípio que determina o caráter excepcional e transitório da situação de acolhimento em instituição. São também definidos e enumerados os direitos especiais das crianças e jovens que se encontrem acolhidos em instituições residenciais, como sejam os de contactar regularmente a família, ter acesso a educação e cuidados básicos de saúde, participar nos processos de tomada de decisão no contexto onde se encontra, além de estabelecidas as diretrizes para a atuação e organização das instituições, onde se inclui a necessidade de todas as instituições disporem de equipas qualificadas e multidisciplinares para o exercício das funções que lhe estão cometidas⁴.

Considerando que é na família que se adquirem e se estruturam as atitudes, crenças, valores, hábitos, estilos de vida determinantes para a forma como crianças e jovens se desenvolvem e se relacionam com a realidade, é importante que as famílias, nomeadamente os pais ou seus substitutos, se questionem sobre as suas próprias crenças, atitudes, valores, hábitos de vida, sobre as formas como agem e se comportam com os filhos e como, deste modo, os influenciam e afetam, positiva ou negativamente, nas suas tarefas desenvolvimentais.

Idêntico questionamento tem de ser colocado no seio das instituições. As formas de socialização em instituição são diferenciadas das ocorridas numa família pelo que é necessário encontrar um modelo

4. No caso português, prevê a Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, no seu art.º 58.º, os direitos específicos da criança e do jovem acolhido em instituição. Entre estes, salienta-se o direito a «manter regularmente, e em condições de privacidade, contactos pessoais com a família e com pessoas com quem tenham especial relação afetiva, sem prejuízo das limitações impostas por decisão judicial ou pela comissão de proteção.»



socioeducativo de funcionamento que dê corpo ao definido na lei: as instituições são organizadas em unidades que favoreçam uma relação afectiva do tipo familiar, uma vida diária personalizada e a integração na comunidade. (art.º 53.º, LPCJR). Ao privar-se uma criança ou jovem de um quotidiano no meio familiar de origem pelo seu acolhimento em instituição, por decisão de natureza judicial ou administrativa vê-se transposto para os técnicos e equipas institucionais competências profissionais que se sobrepõem a um papel parental (Kendrick & Fraser, 1992). A determinação da medida confere à instituição um dever-poder parental que implica uma responsabilidade que, em muitos aspetos, são os que se colocam a qualquer pai e mãe na tarefa de educação dos seus filhos. Esta situação adquire especial relevância quando se vê uma medida de acolhimento em instituição ser substituída por uma providência tutelar cível (i.e. atribuição de tutela da criança ou jovem ao diretor da instituição ou outra de natureza similar), no que pode ser entendido por uma violação e desrespeito dos Direitos da Criança à luz do estabelecido na Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989).

Este é um enquadramento que obriga ao levantamento de um conjunto de interrogações pois não é tarefa fácil de assegurar com a devida qualidade e no pleno respeito pelo superior interesse da criança. Neste contexto, para que uma medida se revele eficaz, é essencial que técnicos, educadores e demais intervenientes se assumam como agentes de agente de promoção e proteção da criança e

jovem pela sua participação no processo educativo, em vez de se remeterem a uma visão restrita das funções como substitutos dos pais ou de outros familiares (Martins, 2004). Em larga medida, parte das funções técnicas em instituição de acolhimento encontra uma correspondência em funções e competências parentais, o que acarreta um risco de desenvolvimento de sentimentos de ambivalência (Franco, 2012) e, se não estiver salvaguardada a mais adequada supervisão da equipa, pode levar a uma confusão no desempenho de papéis sociais e funções técnicas e profissionais.

Se é verdade que a intervenção com famílias de jovens em contexto institucional começa por ter um carácter de remediação, por força das circunstâncias pessoais e sociais que determinaram o afastamento da família de origem, não pode ser desvalorizada a componente de prevenção que a mesma encerra devendo ser implementada de acordo com uma lógica de orientação que atenda a cada caso e a releve como oportunidade para ganhos efetivos para a criança ou jovem e para a família (Martins, 2004). É fundamental uma colaboração permanente e continuada entre técnicos e famílias pois o apoio à criança não é possível sem a (re)construção da noção de família e dos laços familiares, mesmo que isso venha a resultar num projeto de autonomização em detrimento do retorno à família de origem ou até, inclusivamente, na assunção de um corte entre criança ou jovem e família. Esta é uma tarefa incontornável para a definição do projeto de vida de quem se encontra acolhido, uma das traves mestras



da ação técnica em contexto institucional. Para isso, é essencial reconhecer que, “por um lado, as famílias são especialistas dos seus eventos, mas, por outro, que a percepção dos técnicos, quando bem direcionada ao nível narrativo, incentiva a capacidade das famílias identificarem o que não é funcional na sua relação, indicando objetivos e estratégias de mudança” (Franco, 2012, p. 40).

A intervenção familiar no contexto do acolhimento em instituição deve dar relevância ao contexto local de uma dada família e à questão fulcral de ter um filho(a) integrado no sistema nacional de promoção e proteção. É um trabalho que segue uma lógica específica tendo em conta a natureza das situações em causa, o que pode exigir mais informação junto dos pais ou até se pautar por uma abordagem mais diretiva. Este será, no entanto, um primeiro passo que, com base numa relação de maior confiança, pode e deve evoluir para abordagens mais flexíveis e que promovam uma maior reflexão sobre a parentalidade. Nesta trajetória é decisivo perceber quem toma as decisões relativas à gestão familiar e à educação das gerações mais novas (Narciso & Ribeiro, 2009).

Para que haja a adesão das famílias e jovens à intervenção é fundamental contextualizar cada situação e avaliar a dimensão e natureza dos benefícios e prejuízos da proximidade ou afastamento do jovem à família, orientação naturalmente enquadrada do ponto de vista jurídico. Neste processo, a noção de família tem de ser considerada em três dimensões relacionadas. A primeira dimensão refere-se às condições

objetivas de vida e às relações que a família estabelece e mantém com o jovem, dentro e fora da instituição. A imagem idealizada pelo jovem sobre a sua própria família constitui a segunda dimensão, sempre presente no seu pensamento. Independentemente do nível real de interação no passado ou dos relacionamentos atuais com a família, esta imagem influencia as suas ações, incluindo a determinação das de aspirações e expectativas futuras. A terceira dimensão centra-se na projeção futura de constituição de família por parte do jovem (Carvalho, 2015).

Perante a complexidade da intervenção e das suas múltiplas facetas, tende-se a valorizar a perspetiva ‘caso a caso’, assumindo como centro nevrálgico para as decisões o interesse superior da criança ou jovem. Revela-se crucial perspetivar a família na sua evolução e ciclo de vida, em constante mudança, como algo orgânico que se reformula e (re)organiza aspetos, num contexto e tempo determinados. Nesta ordem de ideias, nunca é por demais salientar a «importância do conhecimento da organização familiar. Ressalvando como decisiva a natureza construída e, conseqüentemente, em permanente (re)construção e evolução, do conceito de família, geralmente difuso sob capa de aparente coerência e constância da ação social» (Sampaio, Cruz & Carvalho, 2011, p.23).

Provavelmente, nunca como hoje, as famílias terão estado no centro dos olhares da sociedade que as observa no seu desempenho relativamente às crianças, tendo em conta a importante tarefa que lhes é atribuída: educar. Provavelmente, também

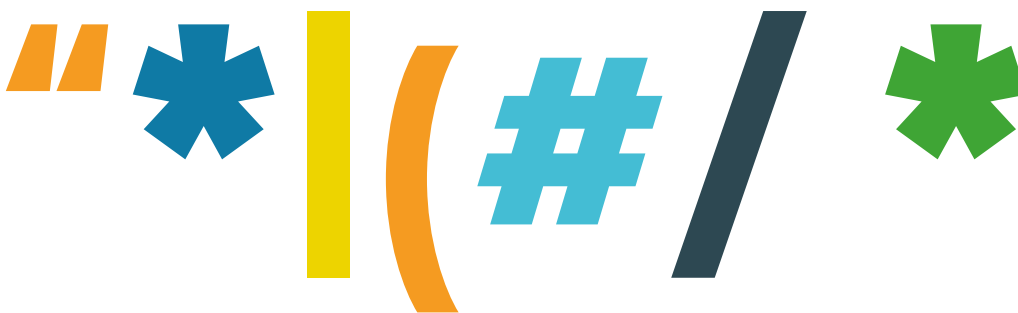
nunca como hoje, os técnicos da área social, da educação, da saúde e da justiça terão estado tão atentos às necessidades das crianças e ao desempenho educativo dos pais. Estas preocupações associadas às mudanças na família, muitas delas já ocorridas em momentos passados mas pouco explicitadas, e a preocupação com o interesse superior da criança, sustentam as mais variadas propostas de intervenção na família, que vão, entre outras opções possíveis, desde a terapia familiar à informação parental, passando pela formação parental (Cruz, 2011). Identifica-se um vasto conjunto de propostas, umas mais estruturadas e claramente terapêuticas, outras mais educativas, ou ações de carácter meramente informativo. Cada uma destas modalidades encerra em si ideias específicas sobre o exercício da parentalidade e o funcionamento familiar e, por isso, pode encontrar-se objetivos e metodologias diferenciadas.

Mais do que os formatos que as famílias apresentam em determinado momento, e que se traduzem em determinadas dinâmicas, mais ou menos ajustadas,

é possível que se verifique mudança assente na promoção de determinados recursos num sentido positivo. Partindo deste princípio uma intervenção deve passar pela individualidade e privacidade na relação estabelecida com cada família; ou seja, perante situações de crianças e jovens acolhidos em instituição será mais indicado iniciar uma intervenção que permita a criação de um espaço reservado àqueles pais, em concreto.

Só num segundo momento poderá ser relevante uma ação em grupo, com toda a riqueza que acarreta; contudo, esse passo tem que ser bem avaliado antes de ser dado. Devem também estar contempladas diferentes modalidades de intervenção familiar (i.e. terapia, informação, formação parental, entre outras), em diferentes e/ou nos mesmos momentos, numa orientação de complementaridade que articule o individual e o coletivo (família, instituição, comunidade, sociedade).

À semelhança de qualquer outra intervenção na parentalidade, a ação das instituições junto das famílias da população que acolhem deve seguir



uma lógica sistêmica e focar-se nas forças, e não apenas nas suas fraquezas e, iniciar-se exatamente a partir das suas potencialidades. Para que isso se concretize, é necessário uma avaliação especializada que deve ser multidisciplinar, transversal e orgânica, assumindo-se como em constante evolução e ajustamento. Requer, assim, um foco especializado e um perfil de técnico e de equipa com conhecimento específico da área de intervenção com famílias e que, ao mesmo tempo, permitam estabelecer relações pautadas pelos limites e regras junto das famílias, sem que isso fragilize a situação da criança ou jovem. Ao direcionar a atenção para a proposta de definição de parentalidade «como sendo a designação para a relação pai/filho e co-parentalidade como sendo a relação entre os dois pais (pai e mãe), a fim de partilharem, do modo que entenderem, os cuidados práticos, a educação e os carinhos a dar aos filhos» (Relvas & Alarcão, 2007, p.266), sublinha-se o fundamento da intervenção junto de pais/cuidadores de jovens em acolhimento institucional. Perante estes percursos e trajetórias de vida familiar, a abordagem aos pais ou seus substitutos tem de acautelar uma aproximação cuidadosa, uma vez que, de alguma forma, vivenciam a aplicação de uma medida que pode ser sentida como uma 'perda' pela retirada do filho do meio familiar, centrando-se nos problemas sentidos por si mesmos. Esta tendência obriga ao aprofundamento de um processo de identificação de situações parentais a serem alteradas, perspetivando o desejo presente (ou não) de uma redefinição e reunificação familiar. Uma intervenção que privilegia a proximidade da

família como algo fundamental na abordagem global à criança e jovem em acolhimento define como estrutural, a ação junto da mesma, para que esta possa ter oportunidades de reflexão e mudança efetivas. Tendo em conta que nem sempre as famílias residem perto das instituições, é extremamente importante conceber propostas que contemplem a possibilidade de mobilidade das equipas, bem como a articulação com os serviços das comunidades de origem das crianças e jovens. Neste contexto específico, é decisivo optar por conceções de educação ou formação parental e de outro tipo de ações sobre a parentalidade que encontrem um terreno mais adequado para produzir resultados mais eficazes partindo do conhecimento sobre os percursos e trajetórias familiares para determinar os melhores instrumentos a usar de acordo com as particularidades identificadas. Deve atender-se ao percurso feito por cada família, sendo essencial compreender a sua natureza e dinâmica e valorizar as possibilidades de evolução, considerando-a como um lugar privilegiado de construção social da realidade nas dimensões física, relacional e simbólica (Saraceno, 2003). Em suma, apesar das especificidades do trabalho com famílias em contexto institucional, existe uma base de necessidades parentais semelhante às identificadas em ações desenvolvidas em diferentes contextos (Kumpfer & Alvarado, 2003). São muitas as questões comuns no que diz respeito, a título de exemplo, às formas de seleção das famílias que integram uma intervenção desta natureza e ao desenho do perfil de famílias a abranger. A relevância

de um trabalho sistémico, com base numa relação de confiança tendo em atenção o tempo útil disponível e as considerações éticas subjacentes são cruciais para uma intervenção de sucesso. É fundamental um trabalho em rede, próximo das famílias, que privilegie a (re)construção dos laços familiares e as competências pessoais e sociais de pais e filhos. Isto só é possível através da descentração da visão tradicional focada na falha, na omissão, na fraqueza ou 'falta de...' para a promoção positiva da 'competência', da potencialidade e interesse, orientação que tem de ser assumida como um exercício constante, tomando como ponto de partida as experiências, os saberes e as competências que os pais tiverem oportunidade de desenvolver. Este é "o caminho que se faz caminhando", como o diz o poeta Antonio Machado, para que o impacto da intervenção seja significativo e efetivo no tempo. O modelo a seguir deve ser baseado na capacitação ao invés de um modelo centrado na lacuna. O uso da técnica da devolução das capacidades de cada um é a porta de entrada para que a adesão das famílias se torne uma realidade, potenciando a valorização, o que pode conduzir à transformação da angústia em novas soluções. Nesta linha, deve evitar-se a atribuição de rótulos às famílias, como: 'resistente', 'manipuladora' e 'desmotivada', tantas vezes atribuídos sem o devido conhecimento sustentado. Seria interessante tentar substituir estes rótulos por outro tipo de atribuições como, por exemplo, a 'falta

de informação', a 'necessidade de confiança' (Ausloos, 1996).

No entanto, é preciso também reconhecer que existirão sempre casos para quem esta intervenção pode não ser suficiente ou a adequada, podendo estar irremediavelmente perdida a possibilidade de recuperação de laços familiares, situações que podem decorrer de um leque muito variado de circunstâncias pessoais e sociais sendo por isso fundamental ter a noção da importância de uma correta e atempada avaliação especializada do contexto familiar.

Em todo este processo, o perfil, atitude e postura dos profissionais responsáveis por dinamizar este tipo de intervenções nas instituições é essencial, devendo a sua formação ser diversificada e contínua, no sentido de serem capazes da criação de espaços relacionais de informalidade e confiança que funcionem como bases seguras de questionamento e reflexão sobre as práticas parentais. É decisivo que o profissional tenha presente que só se consegue motivar e entusiasmar as famílias para a mudança quando o próprio também está motivado, entusiasmado, confortável e acredita na possibilidade de eficácia da mesma. Isto exige-lhe disponibilidade para ouvir as famílias, capacidade para com elas aprender diferentes linguagens e apreender as suas vivências, entender os seus sentimentos e ações, o seu sofrimento e, tantas vezes, a sua revolta (Santos, 2005).

Referências bibliográficas

Alarcão, M. (2006). *(Des)equilíbrios familiares*. (3.ª Ed.) Coimbra: Quarteto Editores.

Ausloos, G. (1996). *A competência das famílias – tempo, caos, processo*. Lisboa: Climepsi Editores.

Carvalho, M. J. L. (2015). “Rehabilitating and educating for responsible autonomy: two sides of a path to personal and social well-being”. In R. Carneiro (Ed.). *Youth, offense and well-being: Can science enlighten policy?* Lisboa: CEPCEP – Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, pp.-227-252.

Carvalho, M.J. (2013). *Sistema nacional de acolhimento de crianças e jovens*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Cruz, H. & Pinho, I. (2008). *Pais – uma experiência*. Porto: LivPsic.

Cruz, H. (2011). “A educação parental e o teatro: as potencialidades da informalidade com intencionalidade”. In Matos, P.M.; Duarte, C. & Costa, M.E. (Eds.) (2011). *Famílias: Questões de Desenvolvimento e Intervenção*, Porto: LivPsic, pp. 205-227.

Del Valle, J. (1998). *Manual de programación y evaluación para los centros de protección a la infancia*. Valladolid, Servicio de Publicaciones de la Junta de Castilla y León.

Franco, E. (2012). *A intervenção com famílias de menores acolhidos em lares de infância e juventude: o olhar dos técnicos responsáveis pela intervenção*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Lisboa: ISCTE, Escola de Sociologia e Políticas Públicas.

Gaspar, F. (1999). *Projeto Mais-Pais: atores socioculturais e interpessoais do desenvolvimento numérico de crianças em idade pré-escolar: o nome dos números e o envolvimento dos pais*. Tese de Doutoramento em Psicologia da Educação. Coimbra: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Hammer, T. J., & Turner P. H. (1985). *Parenting in contemporary society*. Englewood, New Jersey, Prentice Hall.

Kendrick, A. & Fraser, A. (1992) “Summary of the Literature Review” Appendix B. In **Another Kind of Home: A Review of Residential Child Care**, Edinburgh: HMSO, pp.100 - 128.

Kumpfer, K.L. & Alvarado, R. (2003). Family strengthening approaches for the prevention of youth problem behaviors, *American Psychologist*, 58,(6/7), 457-465.

Martinez, R.; Carvalho, M.J.L.; Farinha, V.; Montano, T. e Vissram, N. (2005), *Estruturas de acolhimento de crianças e jovens em Lares*. Em Carneiro, R. (ed.), Casa Pia de Lisboa. *Um Projecto de Esperança, As Estratégias de Acolhimento das Crianças em Risco, Conselho Técnico Científico da Casa Pia de Lisboa*, Cascais, Princípa – Publicações Universitárias e Científicas, pp. 395-522.

Martins, P.C. (2004). *Protecção de crianças e jovens em itinerários de risco representações sociais, modos e espaços*. Tese de doutoramento em Estudos da Criança. Braga: Universidade do Minho.

ONU (1989). *Convenção sobre os Direitos da Criança*, Assembleia Geral nas Nações Unidas. Disponível em https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf

Ribeiro, S. M. (2003). *Ser Família – Construção, Implementação e avaliação de um programa de Educação Parental*. Tese de mestrado em Psicologia Escolar. Braga: Universidade do Minho.

Relvas, A. & Alarcão, M. (2007). *Novas formas de família*. (2.ª Ed.) Coimbra: Quarteto Editores.

Sampaio, D.; Cruz, H. & Carvalho, M.J. (Eds.) (2011). *Crianças e Jovens em Risco: a família no centro da intervenção*. Fundação Calouste Gulbenkian, Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano. Cascais: Princípa.

Santos, J. (2005). "Pedagogia Terapêutica". In *O segredo do Homem é a própria infância: O Centro Doutor João dos Santos – Casa da Praia: 30 anos depois*. Lisboa: Assírio & Alvim, pp. 311-322.

Saraceno, C. (2003). *Sociologia da Família*. Lisboa: Editorial Estampa.

Smith, C., Perou, R. & Lesesne, C. (2002). "Parent Education". In Bornstein, M. (Ed.), *Handbook of Parenting*, Vol. 4. Social conditions and applied parenting. Mahawah, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, pp. 389-410.

Intervenção Familiar no Acolhimento Institucional de Crianças e Jovens

Projeto O Trilho
Associação de Solidariedade Social Via Nova
Vila Real, 2015

Autores

J.C. Gomes da Costa, Helena Martins,
Carlos Bento e Ana Henriques

Nota Introdutória

O propósito do texto publicado nesta brochura é deixar, para memória futura, o relato de uma experiência de trabalho realizada pelo Projeto O Trilho no âmbito do Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano. O Projeto O Trilho resultou de uma candidatura apresentada pela Associação de Solidariedade Social Via Nova ao Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano, da Fundação Calouste Gulbenkian, tendo como objetivo a capacitação de famílias vulneráveis para reassumirem a responsabilidade de acompanhar e educar os filhos ou educandos que, por se encontrarem em situação de perigo,

lhes haviam sido retirados pelo Estado e acolhidos em meio institucional ao abrigo da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei 147/99 de 1 de Setembro). Dito de outra maneira, o Projeto O Trilho nasceu do pressuposto de que se fosse feito um trabalho continuado, metodologicamente sustentado e tecnicamente apoiado em soluções de proximidade com as famílias – ou pelo menos com algumas delas – cujos filhos ou educandos se encontravam em acolhimento institucional, seria possível criar condições necessárias para que estas crianças e jovens crescessem junto dos pais e familiares próximos. Aqueles que trabalham e vivem de perto a realidade quotidiana das casas de acolhimento, sabem que um número significativo destas crianças e jovens idealizam a sua família e não deixam de sonhar com o dia do regresso a casa. Durante três anos, de 2012 a 2015, o Projeto Trilho contou com o apoio financeiro e com a orientação científica e técnica do Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano. Porém, mais do que o suporte e a orientação institucional daquele

Programa, foi sobretudo o apoio, a um tempo caloroso e exigente, e a proximidade humana da Equipa do Programa Crianças e Jovens em Risco que constituiu, para nós e para aqueles com quem compartilhamos este percurso, um estímulo e uma oportunidade para crescermos como profissionais e como pessoas.

A Via Nova

A Associação de Solidariedade Social Via Nova, sediada em Vila Real, foi formalmente constituída a 14 de Agosto de 2003 com o propósito inicial de prestar apoio voluntário a instituições de solidariedade social. A 16 de Fevereiro de 2004, a valência Lar de Infância e Juventude (LIJ) iniciou a sua atividade, por solicitação e em parceria com o Centro Distrital de Segurança Social de Vila Real, procurando dar resposta às necessidades de um conjunto de jovens desprovidos de meio familiar estruturado e funcional. Entre 2004 e 2011 a Via Nova ocupou em Vila Real instalações arrendadas, primeiro na Pousada da Juventude e depois, a partir de Outubro de 2004, numa vivenda e num apartamento de autonomia, ambos localizados perto

do centro da cidade. Por legado da benemérita D. Manuela Cardoso – Senhora que deixou significativo património à Associação – a partir do Natal de 2011 passou a ocupar instalações próprias que permitem o alojamento não só das crianças e jovens aqui acolhidos como também das estruturas administrativas e funcionais necessárias ao regular funcionamento da casa. As atuais instalações, que há algumas dezenas de anos se situavam fora do perímetro da cidade mas hoje estão dentro da malha urbana a escassos dois mil metros do centro histórico – a «vila velha», como é conhecido – têm um terreno adjacente com dois hectares e meio de cultivo, cedido «a meias» a um caseiro. Em 2008 a Via Nova aderiu ao Plano Desafios, Oportunidades e Mudança (Plano DOM), tendo, de acordo com os objetivos e procedimentos deste Plano, sido reforçada com técnicos e formação adequada, bem como pela implementação do Plano de Qualidade que foi sendo concretizado paulatinamente, nomeadamente pelo apoio prestado através de supervisão técnica. Em 2012, com a criação do Plano Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança Mais (SERE+), a que aderiu, a Via Nova iniciou um



trabalho sistemático e sustentado com o objetivo de reintegrar na família o maior número possível de crianças e jovens aqui acolhidos.

Missão

A missão da Via Nova é acolher, acompanhar e educar crianças e jovens em risco, proporcionando-lhes estruturas aproximadas às da família, em ordem ao seu desenvolvimento físico, cognitivo, moral e emocional e à sua plena inserção na sociedade. É ainda missão da Via Nova acompanhar as famílias das crianças e jovens em acolhimento institucional, a fim de as apoiar na criação das condições necessárias para reassumirem o direito e o dever que lhes cabe de educarem os seus filhos ou educandos.

Valores

Os valores da Via Nova fundamentam-se no Humanismo Cristão e compreendem o respeito pela vida, liberdade, dignidade, solidariedade, partilha e serviço.

Princípios Pedagógicos

Os princípios pedagógicos que a Via Nova perfilha baseiam-se nos seus valores e servem a sua missão. Estes princípios inspiram-se – com a devida e necessária distância no tempo, na realidade social e na mentalidade – na Obra da Rua e na pedagogia do Padre Américo (Cañellas, 2004; Santos, 2008). É certo que o modelo assistencialista e caritativo

deu lugar ao modelo de intervenção pedagógica; que ocorreram nestas últimas dezenas de anos grandes mudanças sociais, demográficas e culturais e a pobreza deixou de ser, em si mesma, a principal razão para o acolhimento institucional; que os contextos macrosistémicos, hoje fortemente marcados pela globalização, são caracterizados pela diversidade étnica, cultural e religiosa. Porém, no lema da Obra da Rua – «fazer de cada rapaz um homem» – permanece o grande desígnio de toda a pedagogia: educar para a solidariedade partilhada, para a autonomia, para a cidadania plena.

Recursos Humanos

A Via Nova conta com uma equipa técnica constituída por um diretor com formação superior (mestrado) em serviço social, uma professora do segundo e terceiro ciclos, uma assistente social, uma psicopedagoga e dois educadores sociais. Dispõe ainda de uma equipa educativa composta por três educadores e uma equipa de apoio que compreende duas funcionárias da cozinha, copa e rouparia e ainda uma administrativa. São, por conseguinte, doze pessoas ao serviço da missão acima referida.

População Acolhida

Atualmente (maio de 2015) a Via Nova acolhe 20 crianças e jovens do género masculino, com idades compreendidas entre os 11 e os 23 anos, como se pode visualizar na Tabela 1.

Tabela 1 – idades das crianças e jovens acolhidos

Idade	Crianças e Jovens
11 anos	2
12 anos	1
13 anos	4
14 anos	1
15 anos	3
16 anos	2
17 anos	2
19 anos	2
20 anos	2
22 anos	1
Total	20

A maior parte das crianças e jovens acolhidos (Tabela 2) tem origem no distrito de Vila Real (16), nomeadamente nos concelhos de Alijó (3), Mondim de Basto (1), Régua (1), Santa Marta de Penaguião (1), Vila

Pouca de Aguiar (6) e Vila Real (4); os restantes quatro têm origem nos distritos de Castelo Branco, Leiria, Lisboa e Viseu.

Tabela 2 – origem geográfica das crianças e jovens acolhidos

Origem geográfica	Crianças e Jovens
Concelho de Alijó	3
Concelho de Mondim de Basto	1
Concelho da Régua	1
Concelho de Santa Marta de Penaguião	1
Concelho de Vila Pouca de Aguiar	6
Concelho de Vila Real	4
Distrito de Castelo Branco	1
Distrito de Leiria	1
Distrito de Lisboa	1
Distrito de Viseu	1
Total	20

Todas as crianças e jovens acolhidos na Via Nova, como se verifica na Tabela 3, frequentam o ensino

regular, o ensino especial, o ensino vocacional ou o ensino profissional.

Tabela 3 – Ano de escolaridade, curso e tipo de ensino das crianças e jovens acolhidos

Ano de escolaridade	Curso e tipo de ensino	Crianças e jovens
4º ano	ensino regular	1
5º ano	currículo específico individual	1
6º ano	ensino regular	1
7º ano	ensino regular	3
7º ano	currículo específico individual	1
7º ano	ensino especial	2
8º ano	ensino regular	1
8º ano	curso vocacional (desporto)	1
9º ano	curso vocacional (desporto)	1
9º ano	curso profissional (manutenção hoteleira)	1
10º ano	ensino regular (humanidades)	1
10º ano	curso profissional (gestão equina)	1
10º ano	curso profissional (informática)	1
12º ano	curso profissional (mecatrónica)	2
12º ano	curso profissional (turismo)	1
A2000	curso profissional	1
Total		20

A medida de acolhimento institucional, ao abrigo da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei 147/99 de 1 de setembro), foi aplicada pelo

Tribunal competente, no que toca a 15 crianças e jovens, e pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens aos restantes cinco (Tabela 4).

Tabela 4 – Entidade que aplica a medida de acolhimento

Entidade que aplica a medida de acolhimento	Crianças e jovens
CPCJ	5
Tribunal	15
Total	20

O tempo de permanência em acolhimento institucional, no Lar de Infância e Juventude (LIJ),

como se pode constatar na tabela 5, é na maior parte dos casos entre um e quatro anos.

Tabela 5 – Tempo de permanência das crianças e jovens em acolhimento institucional

Tempo de permanência em LIJ	Crianças e jovens
menos de 1 ano	2
entre 1 e 2 anos	6
entre 3 e 4 anos	6
entre 5 e 6 anos	3
entre 7 e 8 anos	2
entre 9 e 10 anos	1
Total	20

Um número significativo de crianças e jovens acolhidos na Via Nova apresenta perturbações

do desenvolvimento diagnosticadas e acompanhadas na consulta de pedopsiquiatria (Tabela 6).

Tabela 6 – Perturbações do desenvolvimento diagnosticadas

Perturbação do desenvolvimento	Crianças e jovens
deficiência mental (ligeira a moderada)	10
perturbação do comportamento	8
perturbação de ansiedade generalizada	4
perturbação de hiperatividade com défice de atenção	2
perturbação de La Tourette	1

O projeto de vida das crianças e jovens em acolhimento institucional (Tabela 7) compreende para três deles a reintegração na família alargada, para nove a integração

na família alargada, para um a adoção e para sete a autonomia.

Tabela 7 – Projeto de vida das crianças e jovens em acolhimento institucional

Projeto de vida	Crianças e jovens
integração na família alargada	3
integração na família nuclear	9
adoção	1
autonomia	7
Total	20

Projeto O Trilho

Como referimos, o Projeto O Trilho resultou de uma candidatura apresentada pela Associação de Solidariedade Social Via Nova ao Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano. A ideia subjacente a esta candidatura foi apetrechar a Via Nova com ferramentas de trabalho que abrissem a oportunidade, às crianças e jovens aqui acolhidos, para uma maior aproximação ou, quando possível, a reintegração na família nuclear ou alargada. Para que esta ideia se concretizasse foi definido como objetivo o que designamos como trabalho a montante, isto é, trabalho com as famílias para que estas fossem capacitadas para reassumir o papel parental e educativo que lhes cabe. **A principal estratégia utilizada foi a capacitação das famílias em contexto.**

Famílias desestruturadas, situações relacionadas com a ausência de recursos sociais, culturais e económicos

que levam a situações de pobreza, desorganização familiar, desemprego de longa duração, doença mental do pai ou da mãe (quando não de ambos), maus-tratos físicos e psicológicos, ausência ou frágil imposição de limites por parte dos pais, alcoolismo familiar, falta de suporte da família alargada, falecimento de um dos membros-âncora da família, são alguns dos fatores que contribuem fortemente para a vulnerabilidade familiar (Luján-Garcia, Pérez-Marin & Montoya-Castilla, 2013) e, por essa via, podem determinar o acolhimento institucional de crianças e jovens.

Seleção de Famílias para Intervenção

A identificação das crianças e jovens acolhidos no LIJ da Via Nova, cuja perspectiva de reintegração familiar se afigurava mais viável, conduziu-nos, por sua vez, à identificação das respetivas famílias com necessidades de intervenção, bem como ao levantamento das suas

necessidades. O passo seguinte foi o reconhecimento dos recursos formais e informais, sobretudo recursos locais, necessários à intervenção: articulação com outros subsistemas a operar no terreno – Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, Instituto de Segurança Social, Centros de Saúde – e com parceiros locais, como as Juntas de Freguesia, Cáritas Diocesana e organizações paroquiais, tendo em vista a sinalização de situações para intervenção e de famílias para acompanhamento de proximidade.

Assim, foram selecionadas algumas famílias que passaram a ser acompanhadas, procurando-se identificar as áreas fracas e as áreas fortes de cada uma delas. **Esta seleção baseou-se em três critérios: natureza do vínculo entre a criança ou jovem e a família, estabilidade mínima da estrutura familiar, compromisso para a mudança.** Para melhor clarificarmos a natureza destes critérios, é necessário explicar que o conceito de família não se reduz aqui à progenitura, aos laços biológicos, mas sim a um conceito mais alargado que remete para laços afetivos com caráter de permanência, responsáveis e consequentes, capazes de, previsivelmente, assegurarem as condições necessárias ao desenvolvimento.

A natureza do vínculo entre a criança ou jovem e a família constituiu o primeiro critério para a seleção das famílias. Quando a vinculação se revelou praticamente inexistente ou muito frágil – como verificámos em alguns casos de clara rejeição ou grave abandono – o projeto de vida passou a ser a autonomia e não o regresso à família; pelo contrário, se era forte e havia, quer da parte da criança ou jovem quer da parte da família, um vínculo ainda que do tipo inseguro

(Ainsworth, 1976), a hipótese de reintegração familiar ganhava corpo. A estabilidade mínima da estrutura familiar foi o segundo critério a ser tido em conta. Frequentemente essa estabilidade mínima era assegurada por uma figura feminina: a mãe, a avó, uma irmã mais velha; mais raramente o pai. Note-se que nos deparámos com famílias que sofreram crises profundas, geradoras de forte e prolongada turbulência sistémica, a necessitarem de intervenção mas também de tempo para se recompor. O terceiro critério para seleção das famílias foi o compromisso para a mudança, o desejo de mudar e encontrar um rumo diferente a dar à vida. Este compromisso para a mudança foi assumido como um pré-requisito para um trabalho de intervenção com uma perspetiva sustentada de médio-prazo e não com avanços e recuos constantes.

O acompanhamento familiar passou então a dirigir-se para a capacitação nas áreas mais frágeis, nomeadamente no que diz respeito aos cuidados básicos de higiene pessoal e doméstica, à salubridade e organização do espaço doméstico, alimentação saudável, gestão doméstica (economia doméstica, hábitos de poupança, definição de prioridades de aquisição), e à aprendizagem de competências educativas.

Recursos Humanos

A execução do Projeto O Trilho contou inicialmente com três técnicas, sendo uma delas funcionária do LIJ da Via Nova e as restantes duas contratadas para esta finalidade. Posteriormente uma das técnicas contratadas cessou funções, não tendo sido substituída. O Projeto acolheu ainda, no decurso

do ano letivo 2013-2014, duas estagiárias do curso de Psicologia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) que aqui foram orientadas pelo supervisor externo do Projeto O Trilho e docente na referida Universidade.

Parcerias

A necessidade de lançar mão de recursos externos, capazes de propiciar um trabalho em rede, aproveitando meios humanos e materiais e potenciando os resultados, foi sentida desde o primeiro momento. Assim estabeleceram-se parcerias, formais e informais, com a Unidade de Cuidados na Comunidade do Centro de Saúde de Vila Real em cuja abrangência se situa a Via Nova; com o Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, com destaque para os Serviços de Pediatria e a consulta de Pedopsiquiatria; com o Centro de Saúde de Alijó; com o Instituto de Segurança Social, com realce para as equipas do Rendimento Social de Inserção; com os Agrupamentos de Escolas frequentadas pelas crianças e jovens acolhidos na Via Nova; com o Instituto de Emprego e Formação Profissional; com a Cáritas Diocesana; com as Florinhas da Neve (LIJ da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real) e com a Casa da Criança (LIJ da Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua); com a Associação Lua de Alecrim; com a Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN) e com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Formação Parental

A formação parental foi uma das vertentes mais significativas no trabalho com as famílias. O referencial teórico baseado no paradigma bioecológico do desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 1979, 2005; Bronfenbrenner e Morris, 1999) e o programa de formação parental “Ser Família” (Ribeiro, 2003) constituíram um importante apoio durante este percurso, bem como a publicação patrocinada pela Fundação Calouste Gulbenkian “Crianças e Jovens em Risco” (Sampaio, Cruz e Carvalho, 2011). O trabalho de formação parental não se dirigiu exclusivamente aos pais, visto que nem sempre eram estes que assumiam o cuidado dos filhos, mas aos membros da família, qualquer que fosse a sua configuração ou modelo que, como sabemos, não é unívoco (Andrés, 2003). Este trabalho teve, na sua generalidade, o formato de *workshop*, tendo sido precedido pelo levantamento de limitações ou *handicaps* que pudessem constituir, no público-alvo, um obstáculo à participação. Os *workshops* de formação parental eram subordinados a algumas temáticas que tinham como denominador comum as competências e responsabilidades dos pais ou educadores. «Eu sou cuidador: competências e responsabilidades”; “Desafio: educar”; “Birras: o novo desafio”; “Adolescência: e agora?»; – foram alguns dos temas abordados nestes *workshops*. Paralelamente foi desenvolvido um trabalho, quer com as famílias nos seus contextos de vida diária quer com

as crianças e jovens acolhidos no LIJ, com o objetivo de estreitar laços familiares. Este trabalho consistiu na criação de condições e no estímulo para os pais ou outros familiares contactarem presencialmente o LIJ, sobretudo em ocasiões especiais como nos dias de aniversário dos seus filhos ou educandos aqui acolhidos.

Instrumentos de Recolha e Análise de Dados

A necessidade de sustentação metodológica do Projeto Trilho – premissa indispensável à sua credibilidade

– conduziu à utilização de diversos instrumentos de recolha e análise de dados. Alguns desses instrumentos foram construídos com um carácter especificamente adaptado aos nossos objetivos – como a ficha de registo individual ou a ficha familiar, por exemplo. Outros foram adaptados – como o Mapa da Rede Social Pessoal ou o APGAR familiar. Enumeramos a seguir, na Tabela 8, os instrumentos mais utilizados que podem ser consultados em anexo.



Tabela 8 – Tabela síntese dos instrumentos utilizados no âmbito do projeto “O Trilho”

Anexo	Legenda	Breve Descrição
Anexo I	Ficha Individual	Dados identificativos da criança/jovem.
Anexo II	Ficha Familiar	Dados identificativos da família/cuidador.
Anexo III	Relatório de Visita Domiciliária	Documento de registo da informação obtida na visita domiciliária.
Anexo IV	Plano de Intervenção Individual	Plano de Intervenção onde é inicialmente realizada uma descrição da história familiar, competências parentais, condições socioeconómicas, entre outras informações, e de seguida são esquematizadas e delineadas as sessões de intervenção a dinamizar com a criança/jovem.
Anexo V	Plano de Intervenção Familiar	Plano de Intervenção onde é inicialmente realizada uma descrição da história familiar, competências parentais, condições socioeconómicas, entre outras informações, e de seguida são esquematizadas e delineadas as sessões de intervenção a dinamizar com as famílias.
Anexo VI	Questionário Avaliação Familiar	Permite registar informações sobre as condições pessoais, sociais e económicas da família.
Anexo VII	Observação da Visita em Contexto Institucional	Permite registar a qualidade da interação entre a família/cuidador e a criança/jovem em contexto institucional.
Anexo VIII	Observação da Visitas em Contexto Habitacional	Permite registar a qualidade da interação entre a família/cuidador e a criança/jovem em contexto habitacional.
Anexo IX	Análise da Rede Social Pessoal	Instrumento adaptado de Alarcão, M. & Sousa, L. (s.d), mais conhecido como um mapa de rede, permite o registo sistematizado de informação relativa ao conjunto de relações que a família percipiona como significativas. Possibilita a averiguação das redes fundamentais no suporte do indivíduo, ao nível material e afetivo, na saúde física e mental.

Continua

Anexo	Legenda	Breve Descrição
Anexo X	APGAR Familiar	Adaptado de Smilkstein (2002), possibilita a obtenção de um grau funcional/disfuncional da família, classificando a disfunção como moderada ou acentuada.
Anexo X	Relatório de Visitas Institucionais	Documento de registo da informação obtida nas visitas da família/cuidadores à instituição.
	Registo de Chamadas	Documento de registo das chamadas telefónicas recebidas e efetuadas para cada criança/jovem.
	Registo de Visitas	Documento de registo das visitas recebidas e realizadas da família à criança/jovem e vice-versa.
	Relatório de Reuniões	Documento de registo das reuniões com a equipa da sede (monitores, educadores, técnicos).
	Relatório de Atividades	Documento de registo das atividades realizadas.
	AAPI (Adult-Adolescent Parenting Inventory)	Permite avaliar as atitudes e comportamentos parentais de alto risco em cinco áreas diferentes: expectativas inapropriadas, falta de empatia, castigos físicos, inversão dos papéis, capacidade de autonomia.

Monitorização

O desenvolvimento do Projeto O Trilho foi monitorizado pela equipa do Programa Crianças e Jovens em Risco, da Fundação Calouste Gulbenkian. Essa monitorização assumiu não só um carácter formal – com o envio semestral de Relatórios de Execução Técnica e de Relatórios de Execução Financeira, de reuniões periódicas de acompanhamento que decorreram quer na Via Nova e no Projeto O Trilho, quer na Fundação Calouste Gulbenkian (estas

com a presença das equipas técnicas dos outros três projetos abrangidos pelo mesmo Programa), quer ainda por videoconferência; mas também um carácter informal, através de frequentes contactos telefónicos com a equipa responsável por aquela monitorização. Este acompanhamento e o modo como foi feito – com carácter pedagógico e de proximidade não-invasiva – constituiu um importante apoio para o desenvolvimento do Projeto O Trilho e para o crescimento da equipa.



Reflexão sobre a **Intervenção com Famílias**

A reflexão que aqui deixamos não pretende ser uma receita para a intervenção com famílias vulneráveis – neste campo, como sabemos, não há receitas – mas sim a partilha da experiência adquirida com o Projeto O Trilho. Uma partilha em forma de relato sintético, pois nem a memória nem as emoções seriam fiáveis se quiséssemos descrever com pormenor o que foram estes três anos no terreno.

Considerações Éticas

Dado que a vulnerabilidade é inversamente proporcional à autonomia – quanto mais vulneráveis são as pessoas, as famílias, as comunidades, menos autónomas são – o primeiro aspeto que aqui queremos deixar diz respeito aos procedimentos éticos inerentes ao nosso trabalho.

Lidar com famílias em situação de vulnerabilidade – vulnerabilidade social e não-raramente vulnerabilidade psíquica – é lidar com famílias não só muito fragilizadas, frequentemente ameaçadas

pela desagregação interna, mas também socialmente expostas e literalmente atravessadas por uma **multiplicidade de técnicos que, com a melhor das intenções, procuram soluções para os múltiplos problemas com que se deparam**. Princípios éticos como o respeito pela dignidade e direitos da pessoa, a competência, a responsabilidade e a integridade, a beneficência e não-maleficência, devem ter neste trabalho uma tradução prática e constituir não uma exigência acessória que em alguns casos se poderá dispensar, mas sim uma referência, uma bússola que nos guia. Aliás, a observância de princípios éticos permite-nos descobrir como estes são convergentes com opções técnicas fundamentadas e, nessa medida, mostra-nos que não constituem um escolho ao nosso trabalho mas sim uma via segura para atingirmos os objetivos a que nos propusemos. Salientamos aqui, neste particular aspeto, a importância do segredo profissional e do dever de reserva. Trabalhar com famílias vulneráveis é lidar com a vida alheia e com vidas já de si

dramaticamente expostas. A análise e a intervenção neste campo obrigam pois que os técnicos, de forma madura e prudente, distingam os limites da esfera íntima, da esfera privada e da esfera pública. Este requisito é tão mais importante quanto sabemos que o esbatimento e mesmo a indefinição daqueles limites é uma das características das famílias vulneráveis. Acresce ainda que os contextos sociais em que o Projeto O Trilho trabalhou se caracterizavam por pequenas comunidades, aldeias ou vilas em que toda a gente conhece toda a gente, o que contribui, como sabemos, para rótulos fáceis de colocar e difíceis de limpar, isto é, para o estigma social.

O segredo profissional é um dos alicerces da relação de confiança em que se baseia o nosso trabalho. Havendo necessidade de partilhar informação com equipas multidisciplinares que operam no mesmo terreno, essas informações devem restringir-se ao estritamente necessário, observando sempre o princípio da beneficência e não-maleficência. Já quanto ao dever de reserva, que pode ser considerado complementar ao segredo profissional aumentando assim a margem da esfera privada, parece-nos uma medida prudente e deveras facilitadora do trabalho. Saber ouvir e calar, não emitir juízos de valor, não comentar, adotar uma

atitude de circunspeção e discrição, é não só uma exigência ética mas também uma medida sensata para quem tem a vulnerabilidade como matéria-prima no seu trabalho.

Relação de **Confiança**

Como referimos, a relação de confiança é uma das bases do nosso trabalho. Para que esta relação se desenvolva, é necessário sabermos em que patamar nos colocamos e nos colocam. As famílias vulneráveis olham para os técnicos como aqueles que lhes vão resolver todos os problemas e apresentar soluções mágicas; ou então como aqueles que lhes vão complicar a vida, retirar os filhos para os «meter» em instituições. No primeiro caso os técnicos são vistos como salvadores que hão-de redimir da pobreza e da desgraça, conseguir mais um subsídio ou outro apoio social, arranjar uma casa ou talvez um emprego; no segundo caso os técnicos são olhados como agressores, intrusos que se metem onde não são chamados e **impõe** regras absurdas, frequentemente como alguém que lhes rouba os filhos.

Naturalmente que a intervenção fundamentada recusa qualquer um destes patamares e procura desfazer estas representações, devendo assentar num trabalho colaborativo, não de igual para igual, mas numa lógica de parceria. Nesta lógica, parece-

nos desadequada a expressão «trabalhar as famílias» (como tantas vezes se ouve), ao contrário de «trabalhar com as famílias» que pressupõe o trabalho colaborativo, em parceria.

Capacitação das famílias

Este trabalho colaborativo com as famílias tem como objetivo a sua capacitação, na perspetiva teórico-prática do que se conhece por empowerment, traduzido aqui no desenvolvimento ou no reforço das competências individuais e do grupo familiar para identificar problemas, desenvolver estratégias adequadas para os resolver ou minorar e atingir metas, promovendo assim a participação, o controlo sobre as situações e a tomada de decisão. Trata-se de identificar pontos fracos e pontos fortes (porque os há sempre), de ajudar à sua tomada de consciência, de apoiar na resolução de problemas, de mobilizar recursos internos – frequentemente bloqueados – e recursos externos. As famílias precisam de acreditar em si próprias e nas suas capacidades para fazer frente aos problemas com que se defrontam, mobilizando recursos e competências (Sousa, 2005).

O trabalho de formação parental integrado no âmbito da capacitação das famílias é, como outros trabalhos com objetivos pedagógicos, um percurso lento que implica mudanças de atitude e de comportamentos. Podemos contextualizar na ordem dos fatores macrossistémicos (Bronfenbrenner, 2005; Martins, 2013) os obstáculos com que nos deparamos: a ideia de que os pais são proprietários dos filhos e fazem deles o que bem entendem; a ideia de que numa

relação de casal o homem é dono da mulher; o discurso de vitimização assente na ideia do destino como fatalidade contra o qual nada há a fazer. Verifica-se que, por vezes, em vez da capacitação das famílias a intervenção resvala para a desresponsabilização das famílias, quando os técnicos, no seu afã para acudir àquela situação, assumem o papel que caberia à família ou, dito de outra maneira, quando em vez de trabalharem com a família, trabalham pela família, substituindo-se a ela. É claro que isto perpetua o desajustamento social, a inadaptação, a incapacidade funcional e a dependência face aos sistemas de proteção social, contrariando aquilo que deveria ser o objetivo da intervenção – a autonomia responsável. Aliás, verifica-se que frequentemente a institucionalização de crianças e jovens tem como dano colateral a desresponsabilização das famílias: os pais sentem esse assunto arrumado, é um peso que lhes sai de cima, alguém lhes trata dos filhos e lhes dá educação. Na Via Nova e no Projeto Trilho – e em outras instituições de acolhimento a realidade não será muito diferente – verificamos que algumas famílias se referem ao LIJ como “o colégio” onde os filhos ou educandos estão, o que, evidentemente, amortece a realidade e evita que coloquem em questão o seu papel educativo.

Privilegiar laços familiares

Justamente para evitar a desresponsabilização dos pais é necessário privilegiar os laços familiares e dar-lhes primazia. Sempre que possível, a ida a casa das crianças e jovens acolhidos deve –

salvaguardadas as condições necessárias ao seu saudável desenvolvimento, o projeto de vida delineado e de acordo com a entidade que decidiu a medida de acolhimento institucional – ser uma prioridade. Quando não estão reunidas aquelas condições, a instituição deve analisar seriamente a possibilidade de receber a visita dos pais ou outros familiares de forma que se privilegiem os laços familiares.

Mas esta regra tem exceções: se o projeto de vida da criança passa pela adoção, não faz sentido fortificar os laços biológicos; se a presença dos pais ou outros familiares é identificada como uma influência tóxica, isto é, se a relação for reconhecidamente patogénica, deve ser evitada em nome da não-maleficência da criança ou jovem.

Trabalho de proximidade

Uma intervenção sustentada não privilegia só os laços familiares: procura imprimir um carácter de proximidade entre os técnicos e as famílias com quem se trabalha. Este carácter de proximidade justifica-se desde logo pelas dificuldades que estas famílias têm em deslocar-se ao gabinete técnico situado na capital do distrito, não só por razões económicas, mas pela complexidade que pode constituir, numa remota aldeia transmontana ou alto-duriense, apanhar um transporte, chegar à cidade, procurar um endereço, entrar num gabinete para falar com a «senhora doutora» ou o «senhor doutor». Sempre que possível os técnicos mobilizam meios para se deslocarem ao terreno, lá à casa onde mora a família, ou à loja em que trabalham, ou

mesmo ao campo que cultivam. E devem fazê-lo com a consciência que esta experiência de contacto direto representa sempre uma oportunidade de aprendizagem partilhada. A mobilização daqueles meios de deslocação implica saber gerir recursos que, como se sabe, são escassos. A planificação semanal do trabalho em equipa (quase sempre corrigida no dia-a-dia), a flexibilidade necessária ao ajustamento a situações imprevistas, a distinção entre o que é prioritário e o que é urgente, são estratégias necessárias ao trabalho nesta área.

“Margem de manobra”

Todavia, a proximidade não deve resultar na diluição de estatutos nem na confusão de papéis. As fronteiras entre o estatuto e o papel dos técnicos e as famílias devem ser claramente definidas, caso contrário perde-se a «margem de manobra», isto é, a capacidade de conduzir o processo comercial tão importante no trabalho com famílias vulneráveis. A indefinição destas fronteiras, ou limites sistémicos, abrem a porta à subjetividade e ao predomínio das emoções não-filtradas por processos cognitivos, como acontece com o sentimento de pena. Na perspetiva da psicologia *rogeriana*, passa-se então da empatia à simpatia ou à antipatia. Quando incorremos neste erro temos tendência a impor o nosso modelo pessoal do mundo, a apresentarmos soluções, a darmos «receitas» impedindo que o lento e progressivo processo de autonomia – não só das famílias mas também nosso – se vá concretizando.

Trabalho em rede

Todo e qualquer esforço feito no sentido da capacitação das famílias arrisca-se a ser inútil se não for um trabalho articulado, isto é, em rede.

Distinguimos aqui uma rede interna, constituída pelos subsistemas que integram a proteção de crianças e jovens; e uma rede externa, constituída por parcerias fundamentais.

Na rede interna destacamos o subsistema de saúde, nomeadamente os cuidados primários prestados pelos Centros de Saúde com especial destaque para as visitas domiciliárias, mas também os cuidados secundários, com realce para a saúde mental da infância e adolescência; o subsistema educativo e de formação técnico-profissional que constituem, no plano da educação formal e informal, um verdadeiro ponto de ancoragem sobretudo para quem anda à deriva e ao sabor da corrente; o subsistema de segurança social, tão importante na mobilização de recursos; o subsistema de administração de justiça e proteção de crianças e jovens, do qual fazemos parte integrante (Carvalho, 2013). Na rede externa, sublinhamos o importante papel de organismos não diretamente dependentes do Estado – redes informais de suporte social, empregadores locais, pequenas e médias empresas, instituições particulares de solidariedade social.

Tempo útil

Para que este trabalho em rede seja eficaz, é necessário cuidar permanentemente da fluidez dos circuitos de comunicação. A articulação da rede externa e interna, entre os subsistemas que integram

o sistema de administração de justiça e proteção de crianças e jovens, e entre estes e a rede de recursos existentes na comunidade, deve funcionar com o mínimo de constrangimentos e em tempo útil. Este tempo útil diz respeito ao tempo da criança, o tempo oportuno para o seu desenvolvimento, que nem sempre é coincidente e sincrónico com o tempo burocrático, o tempo de espera pelos papéis. A experiência diz-nos que os modos de comunicação informal são mais céleres do que os modos de comunicação formal e, sem prejuízo destes, não devemos deixar de recorrer àqueles sempre que está em questão o tempo útil. Os modos de comunicação formal (informações, ofícios, requerimentos) tendem a ser lentos e mais pesados, arriscando-se a caírem na perversão burocrática – quando os meios se substituem aos fins. Os modos de comunicação informal (contactos pessoais ou telefónicos, deslocação ao local de trabalho) são mais expeditos e mais ligeiros. Salientamos aqui que a comunicação informal não deve substituir a comunicação formal – se assim fosse não teríamos documentos, peças processuais, registos – mas sim complementá-la e, sempre que necessário, precedê-la.

Instituições de acolhimento

Para a eficácia do trabalho em rede contribui decisivamente não só o papel das instituições de acolhimento mas também o modo como esse papel é visto, isto é, a representação que outros agentes do subsistema de administração de justiça e proteção de crianças e jovens têm das instituições. Infelizmente estas representações continuam

por vezes, ainda hoje, associadas ao carácter assistencialista e caritativo, ou mesmo corretivo, que caracterizava as instituições asilares ou as casas de correção da primeira metade do século passado (Martins, 2013; Santos, 2014), fazendo com que as instituições de acolhimento sejam vistas apenas e redutoramente na vertente da hospedagem e guarda, como satisfação das necessidades mais elementares, e não na vertente pedagógica, onde a vida se vai construindo e reconstruindo, alicerçada em valores, orientada por um projeto educativo e escorada por referências identificativas. As instituições de acolhimento residencial não se limitam a dar “cama, mesa e roupa lavada”: acompanham, educam, ajudam a desbravar caminhos e a traçar rumos para a vida.

No acolhimento de crianças e jovens e no delinear do seu projeto de vida, um dos aspetos que mais desassossego nos deixa é a situação daqueles que jamais serão autónomos, capazes de se valer a si próprios, e a ausência de respostas sociais para estas situações de autonomia relativa. Teoricamente o projeto de vida das crianças e jovens em acolhimento residencial deve apontar para um de dois caminhos: a reintegração familiar, seja em família nuclear, alargada ou de adoção; ou a autonomia. Mas na prática deparamo-nos com algumas situações em que a rede de suporte familiar é insuficiente ou mesmo inexistente e em que a perspetiva de autonomia é seriamente limitada por algum *handicap*, físico ou psíquico, frequentemente cognitivo, mas sempre deveras comprometedor da reinserção comunitária e social. São casos de

crianças e jovens que não têm outro porto de abrigo senão a instituição que os acolheu e ali permanecem anos a fio, muito para além da idade legal dos 18 ou 21 anos. Não raramente estas situações assumem um carácter transgeracional, repetindo nas gerações seguintes incapacidades que se haviam verificado em gerações anteriores.

Carácter sistémico da intervenção

O que atrás ficou dito aponta para a natureza sistémica destas situações e, naturalmente, da intervenção. De facto, quando nos debruçamos sobre os fatores determinantes que levaram à vulnerabilidade familiar e, conseqüentemente, fragilizaram as condições necessárias ao desenvolvimento de crianças e jovens ao ponto de os colocar em perigo, não encontramos relações de causa e efeito, mas sim relações sistémicas em que o comportamento de cada membro da família está interligado, de forma dinâmica e não estática, aos outros membros e ao equilíbrio do conjunto (Gomes-da-Costa, 2011). Esta circularidade sistémica (Sampaio, 2005) pode assumir um efeito devastador, como peças de um dominó em que basta desequilibrar uma para que as restantes se desequilibrem e caiam. **A tomada de consciência que este não é um problema dos outros (dos deserdados, dos pobres, dos sem-sorte), mas sim um problema que nos diz coletivamente respeito e uma questão de cidadania, deve levar-nos a contrariar esta derrocada.**



Referências bibliográficas

Ainsworth, M. (1976). Relações objectais, dependência e vinculação: uma análise teórica da relação da criança com a mãe. In Luís Soczka (Org.) *As Ligações Infantis* (pp. 155-225). Lisboa: Bertrand.

Alarcão, M. & Sousa, L. (2007). Rede Social Pessoal: do conceito à avaliação. *Psychologica*, 44, 353-376. Universidade de Coimbra.

Andrés, J-R. (2003). La transmisión de valores en familia en una sociedad multicultural. In Dionisio Borobio (Org.), *Familia e Interculturalidad* (pp.115-127). Universidad Pontificia de Salamanca.

Bavolek, S. & Keene, R. (2010). *The Adult-Adolescent Parenting Inventory* (AAPI-2). Utah: Family Development Resources, Inc.

Bronfenbrenner, U. (1979). *The Ecology of Human Development: Experiments by Nature and Design*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Bronfenbrenner, U. (2005). Preparar um Mundo para a Criança no Século XXI: o Desafio da Investigação.

In J. Gomes-Pedro, J. Nugent, J. Young & B. Brazelton (Eds.), *A Criança e a Família no Século XXI* (pp. 79-89). Lisboa: Dinalivro.

Bronfenbrenner, U. & Morris, P. (1999). The Ecology of Developmental Process. In J. Gomes-Pedro (Ed.), *Stress e Violência na Criança e no Jovem* (pp. 21-95). Lisboa: Clínica Universitária de Pediatria – Faculdade de Medicina de Lisboa.

Cañellas, A.J.C. (2004). Preâmbulo. In: Ernesto Candeias Martins, *O Projeto Educativo do Padre Américo: o Ambiente na Educação do Rapaz*. Lisboa: Sílabo.

Carvalho, M.J. (2013). *Sistema nacional de acolhimento de crianças e jovens*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CID – Crianças, Idosos e Deficientes - Cidadania, Instituições e Direitos (2006). *Manual de Boas Práticas: um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens*. Lisboa: Instituto de Segurança Social, I.P.

Gomes-da-Costa, J. (2011). Estilos parentais e autonomia dos filhos adolescentes. *Familia*, 42, 87-103. Salamanca: Universidad Pontificia de Salamanca.

Luján-Garcia, C.; Pérez-Marin, M. & Montoya-Castilla, I. (2013). La família como factor de riesgo y de protección para los problemas comportamentales en la infância. *Familia*, 47, 83-98. Salamanca: Universidad Pontificia de Salamanca.

Martins, H. (2013). *Acompanhamento social individualizado das famílias: da responsabilidade parental à intergeracionalidade – o caso do Projeto o Trilho*. Dissertação de mestrado não-publicada, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.

Ribeiro, M.J. (2003). *Ser Família: construção, implementação e avaliação de um programa de educação parental*. Dissertação apresentada ao Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho. Braga: UM.

Sampaio, D. (2005). As necessidades de educação familiar. In João Gomes-Pedro (Org.). *Mais Criança: as necessidades irredutíveis* (pp.439-443). Clínica Universitária de Pediatria, Faculdade de Medicina de Lisboa.

Sampaio, D.; Cruz, H. & Carvalho, M.J. (2011). *Crianças e Jovens em Risco: a família no centro da intervenção*. Fundação Calouste Gulbenkian / Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano. Cascais: Principia.

Santos, C.M. (2014). *O lugar do Eu nos projetos de vida em acolhimento institucional: para uma escuta ativa das crianças e jovens*. Dissertação de mestrado não-publicada, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.

Santos, J. (Org.) (2008). *Padre Américo: páginas escolhidas e documentário fotográfico*. Porto: Modo de Ler.

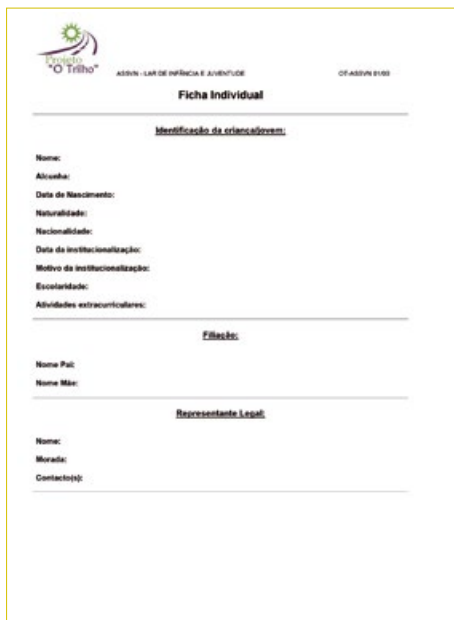
Smilkstein, G. (1978). The Family APGAR: a proposal for a family function test and its use by physicians. *The Journal of Family Practice*. Vol. 6, 1231-1239.
Sousa, L. (2005). *Famílias problemáticas*. Coimbra: Quarteto.

Legislação

Diário da República, 1.ª série-A – n.º 204.
Lei n.º 147/99, de 01 de setembro (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo).
Diário da República, 2.ª série, n.º 90 (10 de maio de 2007). Despacho n.º 8393/2007 (Plano DOM).
Diário da República, 2.ª série, n.º 128 (4 de julho de 2012). Despacho n.º 9016/2012 (SERE+).

Anexos

Anexo I – Ficha Individual



Associação "O Tribo" ASSIN - LAR DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA OF ASSIN 0108

Ficha Individual

Identificação da criança/adulto:

Nome:
Alcunha:
Data de Nascimento:
Naturalidade:
Nacionalidade:
Data de institucionalização:
Motivo da institucionalização:
Escolaridade:
Atividades extracurriculares:

Filhos:

Nome Pai:
Nome Mãe:

Representante Legal:

Nome:
Morada:
Contacto(s):

Anexo II – Ficha Familiar



Associação "O Tribo" ASSIN - LAR DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA OF ASSIN 0208

Ficha Familiar

Identificação da Família Biológica:

Pai:
Nome:
Idade: Naturalidade: Escolaridade: Inserção Laboral:
Morada: Contactos:
Mês:
Nome:
Idade: Naturalidade: Escolaridade: Inserção Laboral:
Morada: Contactos:
Imobiliz.:
Nome(s):
Madr(e)s: Naturalidade(s): Escolaridade(s): Inserção Laboral:

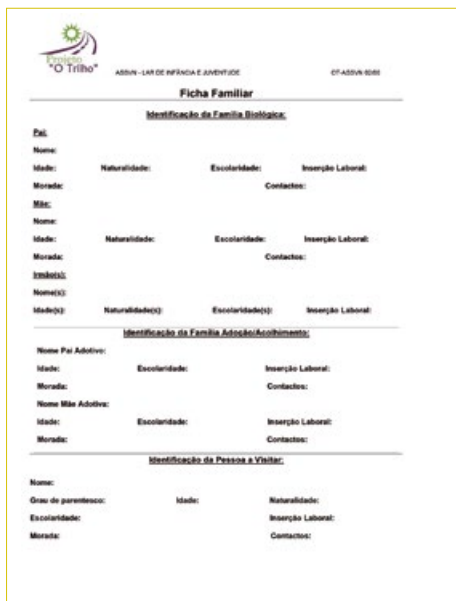
Identificação da Família Adoção/Acolhimento:

Nome Pai Adotivo:
Idade: Escolaridade: Inserção Laboral:
Morada: Contactos:
Nome Mãe Adotiva:
Idade: Escolaridade: Inserção Laboral:
Morada: Contactos:

Identificação da Pessoa a Visitar:

Nome:
Grau de parentesco: Idade: Naturalidade:
Escolaridade: Inserção Laboral:
Morada: Contactos:

Anexo III – Relatório Visitas Domiciliárias



Associação "O Tribo" ASSIN - LAR DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA OF ASSIN 0308

Ficha Familiar

Identificação da Família Biológica:

Pai:
Nome:
Idade: Naturalidade: Escolaridade: Inserção Laboral:
Morada: Contactos:
Mês:
Nome:
Idade: Naturalidade: Escolaridade: Inserção Laboral:
Morada: Contactos:
Imobiliz.:
Nome(s):
Madr(e)s: Naturalidade(s): Escolaridade(s): Inserção Laboral:


Identificação da Família Adoção/Acolhimento:

Nome Pai Adotivo:
Idade: Escolaridade: Inserção Laboral:
Morada: Contactos:
Nome Mãe Adotiva:
Idade: Escolaridade: Inserção Laboral:
Morada: Contactos:

Identificação da Pessoa a Visitar:

Nome:
Grau de parentesco: Idade: Naturalidade:
Escolaridade: Inserção Laboral:
Morada: Contactos:

Anexo IV – Plano de Intervenção Individual

 **ASSIN - LAR DE INFÂNCIA E AVENTURE** 07.ASSVYN 0500

Plano de Intervenção com criança/jovem

Plano de intervenção nº _____

1. Identificação do Projeto:

1.1. Nome: Projeto "O Trilho"
 1.2. Objetivo
 1.3. Sede: Casa da Música da Associação de Solidariedade Social Via Nova
 1.4. A quem se destina
 1.5. Período de Execução (3 anos desde Setembro de 2012)

2. Identificação da Criança/Jovem:

2.1. Nome e idade
 2.2. Data da entrada na instituição e motivo
 2.3. Escolaridade
 2.4. Problemáticas envolvidas

3. Composição e estrutura do núcleo familiar:

Nome	Idade	Gráu parentesco	Tipo Relação	Papéis principais

Ou desenhar o genograma

4. História Familiar:

Fazer um breve resumo sobre a história familiar incluindo pontos como:

- Formação do casal;
- Falecimento e ruturas;
- Nascimento dos filhos;
- Situações de crise;
- Outras situações de perigo e risco;
- Outros aspetos mais significativos.


5. Tipo de situação de perigo:

Identificar o tipo de mau trato, abandono ou negligência, dando exemplos concretos. Analisar a consciência da criança em relação às problemáticas envolvidas

6. Caracterização da criança/jovem:

Fazer uma breve caracterização da criança, identificando pontos, tal como:

- Idade;
- Vulnerabilidade;
- Desenvolvimento evolutivo;
- Saúde física e mental.

 **ASSIN - LAR DE INFÂNCIA E AVENTURE** 07.ASSVYN 0500

7. Características dos pais/cuidadores:

- Características comportamentais;
- Adaptação;
- Tipo de vinculação (familiar/cuidador);
- Descrever o percurso escolar (absentismo, retenções, rendimento problemas de atraso e disciplina)
- Descrever percurso laboral ou pré-laboral, contratos, rendimentos, entre outros.

8. Competências parentais:

Identificar as competências mais fortes e menos fortes, para conhecer e satisfazer as necessidades da criança, expectativas, práticas e disciplina.

9. Situação socioeconómica:

Identificar:

- Rendimentos;
- Situação laboral;
- Características da habitação;
- Tipo de bairro;
- Nível educativo/cultural;
- Apoios sociais;
- Relação com a vizinhança, família alargada e relação conjugal.

10. Ações/Intervenções Realizadas:

Intervenção e medidas de apoio já aplicadas à criança. Se existirem, identificar os objetivos de intervenção e os resultados obtidos.

11. Fatores de Risco e de Proteção:


Identificar de forma sucinta os fatores de risco e de proteção da criança/jovem.

12. Avaliações Psicológicas:

Enunciar os testes e avaliações psicológicas realizadas, identificando as considerações finais.

13. Intervenção:

Identificar o tipo de intervenção e acompanhamento a por em prática.

 **ASSIN - LAR DE INFÂNCIA E AVENTURE** 07.ASSVYN 0500

14. Objetivos da intervenção:

Identificar o objetivo geral da intervenção e os respectivos objetivos específicos.

15. Responsabilidade:

15.1. Enunciar a responsabilidade da instituição;
 15.2. Enunciar a responsabilidade da criança/jovem.

16. Atividade:

Identificar as atividades a desenvolver relacionando-as com a problemática e os objetivos pretendidos.

17. Parceiros/outras entidades:

Enunciar outras entidades com possível coligação na intervenção (mapa de rede).

18. Orçamento:

Fazer um levantamento de necessidades, enunciando os recursos necessários e possíveis handicaps.

19. Avaliação do Plano de Intervenção:

Enunciar os instrumentos a aplicar para avaliar e qualificar o êxito da intervenção.

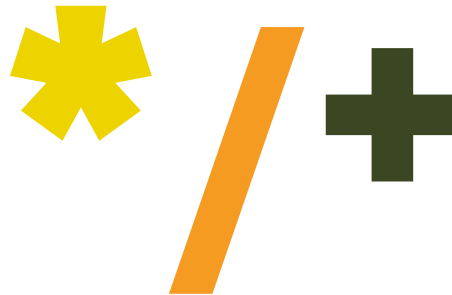
20. Cronograma:

Planificar a intervenção (mapa com datas)

21. Assinaturas:

O Técnico _____ Date: ____/____/____

A criança/jovem _____ Date: ____/____/____



Anexo V – Plano de Intervenção Familiar


 ASSVIV - LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE 07.ASSVIV 0400

Plano de intervenção com familiar/cuidadores

Plano de Intervenção nº _____

1. Identificação do Projeto:

1.1. Nome: Projeto "O Trilho";
 1.2. Objetivo;
 1.3. Sede: Casa da Música da Associação de Solidariedade Social Via Nova;
 1.4. A quem se destina;
 1.5. Período de Execução (3 anos desde Setembro de 2012).

2. Identificação da família/cuidador:

2.1. Nome e idade;
 2.2. Escolaridade;
 2.3. Moradia;
 2.4. Contactos.

3. Composição e estrutura do núcleo familiar:

Nome	Idade	Grau parentesco	Tipo Relação	Papéis principais

ou desenhar o genograma

4. História Familiar:

Fazer um breve resumo sobre a história familiar incluindo pontos como:

- Formação do casal e dos pais de cada elemento do agregado;
- Falecimento e ruturas;
- Nascimento dos filhos;
- Situações de crise;
- Outras situações de perigo e risco;
- Outros aspetos mais significativos.


5. Qualificação do risco:

Identificar o tipo de mau trato, abandono ou negligência, dando exemplos concretos. Analisar a consciência da família/cuidador em relação às problemáticas envolvidas e ao motivo da retirada do menor.

6. Caracterização dos membros a intervir:

Fazer uma breve caracterização de todos os elementos a serem submetidos a uma intervenção, identificando pontos, tal como:

- Idade;
- Vulnerabilidade;


 ASSVIV - LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE 07.ASSVIV 0400

7. Competências parentais:

Identificar as competências mais fortes e menos fortes, para conhecer e satisfazer as necessidades da criança, expectativas, práticas e disciplina.

8. Situação socioeconómica:

Identificar:

- Rendimentos;
- Situação laboral;
- Características da habitação;
- Tipo de bairro;
- Nível educativo/cultural;
- Apoios sociais;
- Relação com a vizinhança, família alargada e relação conjugal.

9. Ações/Intervenções Realizadas:

Intervenção e medidas de apoio já aplicadas à criança e aos respectivos pais. Se existirem, identificar os objetivos da intervenção e os resultados obtidos.

10. Fatores de Risco e de Proteção:

Identificar de forma sucinta os fatores de risco e de proteção da família/cuidadores.

11. Avaliações Psicológicas:

Enunciar os testes e avaliações psicológicas realizadas, identificando as considerações finais.

12. Intervenção:

Identificar o tipo de intervenção e acompanhamento a por em prática.

13. Objetivos da Intervenção:

Enunciar os objetivos da intervenção.


 ASSVIV - LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE 07.ASSVIV 0400

14. Responsabilidade:

14.1. Enunciar a responsabilidade da instituição;
 14.2. Enunciar a responsabilidade da família/cuidadores.

15. Atividade:

Identificar as atividades a desenvolver relacionando-as com a problemática e os objetivos pretendidos.

16. Parceiros/outras entidades:

Enunciar outras entidades com possível coligação na intervenção (mapa de rede).

17. Orçamento:

Fazer um levantamento de necessidades, enunciando os recursos necessários e possíveis handicaps.

18. Avaliação do Plano de Intervenção:

Enunciar os instrumentos a aplicar para avaliar e qualificar o êxito da intervenção.

19. Cronograma:

Planificar a intervenção (mapa com datas).

20. Assinaturas:

O Técnico _____
 Data ____/____/____

A familiar/cuidador _____
 Data ____/____/____

Anexo VI - Questionário de Avaliação Familiar

Projeto "O Trilho" ASSUN - LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE OF ASSUN 0600

Questionário de Avaliação: Condições Pessoais, Sociais e Econômicas da Família

Identificação da criança/jovem

Nome: _____

Nome dos familiares presentes: _____

Data da entrevista: ____/____/____ Data do registo: ____/____/____

Questionário

Instruções de preenchimento:

-As respostas a este questionário têm o objetivo de dar à criança a opinião que tem sobre a sua vida para que melhor planeemos consigo uma avaliação e intervenção adequada, tendo em conta as suas observações, preocupações e sugestões.

1. Caracterização socio-familiar

N.º de elementos que compõem o agregado familiar: _____

Tipos de família

Solteira mulher Família nuclear com filhos biológicos

Solteiro homem Família com mãe de um núcleo

Família monoparental feminina Família reconstituída (com filhos de outras uniões)

Família monoparental masculina Família reconstituída (sem filhos de outras uniões)

Família nuclear sem filhos Outra situação: _____

Situação conjugal dos membros do casal ou do indivíduo responsável pela família

Solteira(s)

Casado(s)

União de facto

Divorciado(s) / Separado(s)

Viúvo(a)

Projeto "O Trilho" ASSUN - LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE OF ASSUN 0600

Caracterização dos elementos do agregado familiar

	Elemento 1	Elemento 2	Elemento 3	Elemento 4	Elemento 5	Elemento 6
Nome						
Grau de parentesco						
Data de nascimento / idade						
Nacionalidade						
Instituições frequentadas						
Estado civil						
Profissão						
Grau de satisfação com o ambiente (social, remuneração, ambiente de trabalho, etc.)						

Caracterização dos elementos do agregado familiar (continuação)

	Elemento 1	Elemento 2	Elemento 3	Elemento 4	Elemento 5	Elemento 6	Elemento 7
Recorre RSI?							
Contribui para as despesas mensais do agregado familiar?							
O agregado familiar tem dificuldades económicas?							
Que valor necessitaria para cobrir as despesas que hoje estão a decorrer?							
Despesas mensais que não pode presenciar:							
Despesas mensais de que poderá presenciar:							

2. Caracterização habitacional

Tipos de habitação

Acção

Moradia / vivenda

Parte de moradia / vivenda

Alojamento precário (barraca, casa rudimentar de madeira, móvel)

Índex

Próprio

Alugado

Subalugado → Divulgar: _____

Cedido → Por quem? _____

De rendimento → Entidade: _____

Infraestruturas da habitação: (seleccionar todas as opções existentes)

Cozinha

Projeto "O Trilho" ASSUN - LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE OF ASSUN 0600

Equipamentos de casa (seleccionar todos os equipamentos existentes)

Instalação telefónica

Sistema de esgotos

Água canalizada e potável

Eletrodoméstico

Telefone fixo

Televisão

Vídeo

Máquina de lavar roupa

Máquina de lavar louça

Fridgeco

Computador

Outro: _____

Estado de conservação:

Bom

Mau

Ruinoso

Apresentação geral: (é possível seleccionar mais de que 1 opção)

Anunciada

Desarrumada

Limpas

Suja

Condições habitacionais:

Suficientes

Insuficientes → Descrição: _____

Antigos condições de alojamento da criança

Quarto individual

Quarto partilhado com outras crianças/jovens

Quarto partilhado com outros adultos

Não tem quarto, dorme na sala

Outra situação: _____

O meio envolvente tem problemas sociais? (marginalidade, droga, prostituição)

Sim → Se sim, que tipo de problemas? _____

Não

Carências de recursos na área de residência do agregado familiar: (é possível seleccionar mais de que 1 opção)

Poluição

Equipamentos de saúde (centros de saúde, hospitais, etc.)

Equipamentos escolares (escolas, creches, A.T.L., etc.)

Projeto "O Trilho" ASSUN - LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE OF ASSUN 0600

Equipamentos de lazer e recreação (seleccionar todos os equipamentos existentes)

Equipamentos de recreio/esportes (parques recreativos, desportivos, culturais, etc.)

Transportes públicos

Comércio e serviços essenciais

Recreatividade por parte da comunidade

Outros: _____

3. Recursos e apoios sociais:

Instituições / Serviços

Amigos / Vivências


Agregado familiar

Família alargada


O Técnico: _____

Data: ____/____/____

Anexo IX – Análise de Rede Social Pessoal

 Instrumento de Análise da Rede Social Pessoal (adaptado de Alarcão, M. & Sousa, L., s.d) ASSVN - LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE OT-ASSVN 08/00

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11						
Elementos da Rede	Idade	Escolaridade	Profissão	Qualificação	Frequência dos contactos	Proximidade (distância)	Apoio emocional	Apoio financeiro	Apoio instrumental	Apoio Técnico ou de serviços	Aconselhamento	Actuação a outros contactos	Competência Social	Regulação Social	Conflito	Intensidade	Reciprocidade
	X1	X2	X3	X4	X5	X6	X7	X8	X9	X10	X11	X12	X13	X14	X15	X16	
Família/Cuidador																	
Amigos																	
Vizinhos																	
Trabalho/estudo																	
Instituições																	

 Instrumento de Análise da Rede Social Pessoal (adaptado de Alarcão, M. & Sousa, L., s.d) ASSVN - LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE OT-ASSVN 08/00

X1 – Refira o nome das pessoas ou instituições significativas na sua vida. Use o tipo de identificação que desejar

X2 – Refira a idade (idade aproximada caso não saiba a idade correta), grau de escolaridade, profissão, ocupação ou situação face ao trabalho de cada elemento

X3 – Refira há quanto tempo conhece ou mantém um relacionamento com cada elemento

X4 – 1. Diariamente 2. Algumas vezes por semana 3. Semanalmente 4. Uma ou mais vezes por mês 5. Algumas vezes por ano

X5 – 1. Na mesma casa 2. No mesmo bairro 3. Na mesma terra ou localidade 4. Até 50 km (aproximadamente) 5. A mais de 50 km (aproximadamente)

X6 – Posso contar com ele num clima de simpatia, compreensão e carinho

X7 – Empréstame dinheiro em caso de necessidade

X8 – Ajuda-me nas tarefas do quotidiano

X9 – Presta-me um serviço a nível técnico

X10 – Dá-me conselhos

X11 – Indica-me a quem devo recorrer e/ou apresenta-me pessoas novas

X12 – Faz-me companhia

X13 – Lembra-me como devo ou não devo comportar-me

X14 – Assinale a frequência com que se zanga, chateia ou discute com cada elemento identificado: 1. Nunca 2. Raramente 3. Algumas vezes 4. Muitas vezes 5. Sempre

X15 – Como caracteriza a sua relação com cada pessoa assinalada: 1. Nada íntima 2. Pouco íntima 3. Mais ou menos íntima 4. Muito íntima 5. Multíssimo íntima

X16 – Refira o apoio que dá ou que não dá a cada uma das pessoas assinaladas: 1. Nenhum 2. Algum 3. Muito

O Técnico _____
 Data: ____/____/____

Anexo X – APGAR Familiar




ASSVN - LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE OT ASSVN 12/00

APGAR Familiar

Nome: _____ RE: _____

Item	Raramente	Às Vezes	Quase Sempre
Estou satisfeito com a atenção que recebo/recebi da minha família quando algo me está a incomodar.			
Estou satisfeito com a maneira com que a minha família discute as questões de interesse comum e compartilha comigo a resolução de problemas.			
Sinto que a minha família aceita os meus desejos de iniciar novas atividades ou de realizar mudanças ao meu estilo de vida.			
Estou satisfeito com a maneira com que a minha família expressa afeição e reage em relação aos meus sentimentos de raiva, tristeza e amor.			
Estou satisfeito com a forma como eu e a minha família passamos o tempo juntos.			

(Adaptado de Smilkstein, 2002)



ASSVN - LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE OT ASSVN 12/00

Cálculo


Cotação

Inexistência de sobrecarga	7-10
Sobrecarga leve	4-6
Sobrecarga intensa	0-3

Relatório

O Técnico _____ Data: ____/____/____

Anexo XI – Relatório de Visitas Institucionais



ASSVN - LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE OT ASSVN 15/00

Relatório de Visitas Institucionais

Relatório nº _____

Identificação da criança/jovem:

Nome: _____

Entidade Contactada: _____

Data: Local: _____

Objetivo: _____

Metodologia: _____

Descrição da diligência: _____

O Técnico _____ Data: ____/____/____

Notas Biográficas

Ana Henriques – Licenciada em Psicopedagogia com Formação em parentalidade consciente e desenvolvimento pessoal. Técnica superior na Associação Via Nova, coordenadora do Projeto O Trilho e Comissária da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Real.

Carlos Bento – Mestrado em Serviço Social com especialização em intervenção em contexto de risco. Diretor técnico do Lar de Infância e Juventude da Associação Via Nova.

Helena Morgado Martins – Licenciada e Mestre em Serviço Social pela UTAD. Mediadora Familiar e Mediadora de Conflitos pelo Instituto Português de Mediação Familiar. Técnica Superior de Serviço Social no Lar de Infância e Juventude Via Nova, técnica do Projeto O Trilho.

Hugo Cruz – Professor na Escola Superior Música e Artes do Espetáculo – IPP. Investigador no IELT – Instituto de Estudos de Literatura Tradicional da Universidade Nova de Lisboa. “Programa Crianças e Jovens em Risco” da Fundação Calouste Gulbenkian. Presidente da Direção Associação Cultural e Social PELE.

José Carlos Gomes da Costa – Licenciado em Psicologia Clínica e Doutorado em Psicologia. Docente no Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Desenvolve trabalho de investigação e intervenção no âmbito da Psicologia da Educação e da Família, nomeadamente com crianças e jovens em risco, vulnerabilidade familiar e ajustamento conjugal. Supervisor do Projeto O Trilho promovido pelo Lar de Infância e Juventude Via Nova.

Maria João Leote de Carvalho – Investigadora do CICS. NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa. “Programa Crianças e Jovens em Risco” da Fundação Calouste Gulbenkian.



Glossário

APGAR que significa: Adaptation (Adaptação), Partneship (Participação), Growth (Crescimento), Affection (Afeição) e Resolve (Resolução);

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;

DOM – Desafios, Oportunidades e Mudanças;

EAPN – Rede Europeia Anti Pobreza;

LIJ – Lar de Infância e Juventude;

SERE+ - Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança mais;

UTAD – Universidade de Trás os Montes e Alto Douro.

Esta brochura integra-se numa linha de intervenção da Fundação Calouste Gulbenkian direcionada para as crianças, jovens e famílias consideradas em situação de risco e vulnerabilidade, coordenada pelo Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano. A coordenação científica está a cargo do Professor Doutor Daniel Sampaio, assessorado pela Doutora Maria João Leote de Carvalho e pelo Dr. Hugo Cruz, que asseguram o acompanhamento técnico do Programa.

Para mais informações: <http://www.gulbenkian.pt/desenvolvimentohumano>
<<http://www.gulbenkian.pt/desenvolvimentohumano>>

Ficha Técnica

Edição

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
Programa Gulbenkian de Desenvolvimento
Humano (PGDH)
Programa “Crianças e Jovens em Risco”
Jovens em Acolhimento Institucional
Junho 2015

Coordenação de edição

Maria João Leote de Carvalho
Hugo Cruz
Anabela Salgueiro

Autores

Ana Henriques
Carlos Bento
Helena Morgado Martins
Hugo Cruz
José Carlos Gomes da Costa
Maria João Leote de Carvalho

Associação de Solidariedade Social Via Nova

Rua da capela, n.º1, 2.º andar
5000-417 Vila Real
Tlf: 937 725 521
asolvianova@gmail.com

Coleção

“Práticas e Reflexão sobre
Acolhimento de Jovens em Instituição”

Direção de Coleção

Maria João Leote de Carvalho,
Hugo Cruz e Anabela Salgueiro

PGDH

pgdh@gulbenkian.pt
<http://gulbenkian.pt/desenvolvimentohumano>

Design, Paginação e Arte final

Mergulhar em Ideias, Lda.
www.mergulharemideias.pt

Revisão

Gisela Nunes Martins
Hugo Cruz
Maria João Leote de Carvalho

Impressão

Jorge Fernandes, Lda.

N.º de exemplares

1.000

ISBN

978-989-8380-23-4